

## Supremo

# Dias Toffoli acentua revisionismo da Lava Jato e livra Marcelo Odebrecht

**Em nova decisão individual, ministro vê 'conluio' e anula todos os atos processuais contra o empresário na operação**

RAYSSA MOTTA

Em nova decisão monocrática (individual), o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), reforçou ontem o movimento de revisionismo da Lava Jato na Corte. Toffoli, em despacho de 117 páginas, derrubou todos os processos e investigações contra o empresário Marcelo Odebrecht na operação que revelou um vasto esquema de corrupção envolvendo políticos e empresários do País.

A decisão do ministro afirma que houve “conluio processual” entre o ex-juiz Sérgio Mo-  
to (atual senador pelo União Brasil) e a força-tarefa de Curitiba, base da Lava Jato. Toffoli concluiu também que os direitos do empresário foram violados nas investigações e ações penais. “O que poderia e deveria ter sido feito na forma da lei para combater a corrupção foi realizado de maneira clandestina e ilegal”, justificou.

Ao declarar a “nulidade absoluta de todos os atos processuais” contra Marcelo Odebrecht na Lava Jato, o ministro determinou que os inquéritos e processos envolvendo o empresário sejam trancados. A decisão não lista os procedimentos penais que foram atingidos. “Nota-se um padrão de conduta de determinados procuradores integrantes da força-tarefa da Lava Jato, bem como de certos magistrados, que ignoraram o devido processo



GUSTAVO MORENO/SCO/STF



PTT REAL I/ESTADÃO - 19/1/2014

**Ministro Dias Toffoli (ao lado) e Marcelo Odebrecht**

*“Nota-se um padrão de conduta de determinados procuradores integrantes da força-tarefa da Lava Jato, bem como de certos magistrados, que ignoraram o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos – pessoais e políticos”*

**Dias Toffoli**  
Ministro do Supremo

legal, o contraditório, a ampla defesa e a própria institucionalidade para garantir seus objetivos – pessoais e políticos –, o que não se pode admitir em um estado democrático de direito”, diz trecho da decisão.

**DELATOR.** Réu confesso, Marcelo Odebrecht fechou acordo de colaboração com a força-tarefa de Curitiba e admitiu propinas a centenas de agentes públicos e políticos de diferentes partidos. Ele era presidente da empreiteira que leva o sobrenome da família quando a Lava Jato estourou em 2014 e prendeu os principais executivos do grupo. Marcelo Odebrecht foi preso em junho de 2015, na 14.ª fase da Lava Jato. Ele permaneceu dois anos e meio em regime fechado, quando saiu da cadeia para cumprir prisão domiciliar – encerrada em setembro de 2019.

A defesa do empresário agora alega que ele foi forçado a assinar a colaboração premiada. A decisão de Toffoli não afeta o acordo de delação, que

continua válido, segundo o próprio ministro.

Seus advogados usaram mensagens hackeadas da força-tarefa, obtidas na Operação Sponsing, que prendeu os responsáveis pela invasão do Telegram dos procuradores, para recorrer ao STF. A defesa pediu a extensão da decisão que beneficiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**Trancados**  
Decisão determina que todos os processos envolvendo o empresário sejam trancados

Em sua decisão, Toffoli afirma que as conversas revelam que Moro e os procuradores da Lava Jato combinaram estratégias contra Marcelo Odebrecht. “A prisão do requerente, a ameaça dirigida a seus familiares, a necessidade de desistência do direito de defesa como condição para obter a liberdade, a pressão retratada

pelo advogado que assistiu o requerente naquela época e que o assiste atualmente estão fartamente demonstradas”, escreveu o ministro no documento. “Fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, correndo-se as bases do processo penal democrático”, completou.

Procurada pela reportagem, a defesa de Marcelo Odebrecht não havia se manifestado até a noite de ontem.

**LENIÊNCIAS.** A decisão monocrática de ontem ocorre na esteira de outras que atenderam a recursos da empreiteira Odebrecht (atual Novonor). Em fevereiro, Toffoli suspendeu o pagamento das parcelas da multa da empresa acertadas nos acordos de leniência assinados no âmbito da Lava Jato.

Os pagamentos foram suspensos enquanto a empresa analisa documentos da Operação Spoofing. A Odebrecht havia assumido o compromisso de pagar R\$ 2,72 bilhões ao longo de 20 anos. Foi o segundo acordo de leniência suspenso por determinação de Toffoli. Ele já havia beneficiado a J&F com decisão semelhante.

Em setembro do ano passado, o ministro determinou a anulação das provas que embasaram o acordo de leniência da Odebrecht, assinado no fim de 2016. Como parte da leniência, a empreiteira deu ao Ministério Público Federal acesso às planilhas da contabilidade paralela, com registros de propinas pagas a agentes políticos e a funcionários públicos. Foram mencionados 415 políticos de 26 partidos.

Uma das condenações de Lula, no caso do sítio de Atibaia (SP) – posteriormente anulada –, teve como base provas obtidas a partir dos anexos entregues pela Odebrecht.

As decisões monocráticas de Toffoli envolvendo acordos de leniência também têm como base mensagens obtidas na Operação Spoofing e o julgamento que declarou a suspeição de Moro e considerou que havia “vícios” nas provas. ●

## 2ª Turma anula pena imposta a José Dirceu

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu ontem, por 3 votos a 2, pena de prisão imposta ao ex-ministro José Dirceu (PT) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A sentença, assinada pelo então juiz Sérgio Moro e confirmada pelo Tribunal Regional Federal do Paraná<sup>4</sup>,<sup>2</sup> Região (TRF-4), condenava o petista a 8 anos e 10 meses de prisão no âmbito da Operação.

O julgamento, no plenário virtual do Supremo, começou

em 2021. Prevaleceu na decisão de ontem o reconhecimento da prescrição do processo. Como Dirceu tem mais de 70 anos, o prazo de prescrição é contado pela metade. No caso do crime de corrupção passiva, cai de 12 para seis anos.

O processo julgado pelo STF envolve uma condenação por propinas da Apolo Tubulars, entre 2009 e 2012, para ajudar a empresa a fechar contratos com a Petrobras. O ex-ministro teria usado sua in-

fluência para manter Renato Duque na Diretoria de Serviços da estatal e, com isso, direcionar licitações para a empresa de tubulação.

**MARCO.** A maioria da Segunda Turma do Supremo considerou como marco de prescrição o ano de 2009. Os ministros entenderam que o crime foi consumado no momento do suposto pedido de propina. Como José Dirceu só foi condenado em 2017, a sentença foi considerada irregular.

Votaram para derrubar a pena de Dirceu os ministros Kassio Nunes Marques, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski (aposentado). Ficaram vencidos os ministros Ed-

son Fachin e Cármen Lúcia.

Segundo o criminalista Roberto Podval, que representa o ex-ministro da Casa Civil no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a única ação pendente contra Dirceu envol-

**Mensalão e Lava Jato**  
Dirceu foi preso e cassado  
por envolvimento no  
mensalão. Voltou a ser  
alvo de ações na Lava Jato

ve acusações de propinas da Engevix. Ele foi condenado a 23 anos e 3 meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Um recurso está na fila para

juízo no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**DIREITOS POLÍTICOS.** Com a decisão do STF, o ex-ministro fica mais perto de recuperar o direito de se candidatar a cargo eletivo. As condenações criminais o impedem de disputar as eleições, por causa da Lei da Ficha Limpa. A lei, sancionada em 2010, proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância possam se candidatar.

Uma eventual candidatura dependerá de análise da Justiça Eleitoral. Hoje com 78 anos, que completou em março, Dirceu já declarou que pretende disputar uma vaga na Câmara dos Deputados em 2026. ●R.M.